

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - -
PREVI-RIO**

ATA SUMÁRIA DA 207ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 15 de julho de 2025, às 15h, realizada em ambiente híbrido (virtual + presencial) pela plataforma "Zoom".

2. **ORDEM DO DIA:**

1. Aprovação da Ata da 206ª. Sessão Ordinária;
2. Apresentação Relatório de Governança 2024;
3. Autorização de alienação do imóvel localizado na Av. Pastor Martin Lutherking s/nº do PAL 47.910 - Complementação da 26ª Reunião Extraordinária do CAD;
4. Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES: A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho, representado pelo suplente Dr. Fernando dos Santos Dionísio. Aberta a sessão pela conselheira Melissa Garrido Cabral, apresentou a ordem do dia. Iniciando a pauta, foi submetida à votação a ata da 206ª sessão ordinária do CAD sendo aprovada por maioria dos presentes. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi comentado que enviou um e-mail referente a ata da sessão 205ª, referente a ressalva do plano de ação. Pela conselheira Melissa foi ponderado: em relação à ordem do dia, a mesma é aprovada pelo Presidente do Conselho e, que na referida sessão foi apresentada a segunda versão do plano de ação de 2025, aprovada sem ressalvas. A ressalva estava na 1ª versão, a qual foi aprovada condicionada às alterações que resultaram na 2ª versão do plano de ação. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi dito que concorda. Pelo conselheiro Gillian foi dito que enviou um e-mail referente à aposentadoria especial da Guarda Municipal e percebeu que não constavam suas ponderações na ata anterior. Pela conselheira Melissa foi dito, que não teve informação sobre o e-mail enviado, que não pode manifestar-se sobre o tema porque não conhece o assunto, nem é competência do PREVI-RIO, a aposentadoria dos servidores da Guarda Municipal. Mas que irá verificar o e-mail pra entender os questionamentos e verificar se é possível o PREVI-RIO sanear as dúvidas ou se caberá somente ao RH da Guarda Municipal. Passando ao item 2 da pauta - Apresentação do Relatório de Governança 2024 - Pela conselheira Melissa foi apresentado na tela a integra do Relatório. Passando pelo sumário e comentado cada um dos tópicos. Destacou no item 2 do relatório, as principais realizações de 2024 relacionadas ao FUNPREVI. No item 3, a base normativa do Fundo, no item 4, a estrutura administrativa, o organograma, os dirigentes, os Conselhos Administrativo, Fiscal e o Comitê de Investimentos e a certificação de cada um desses membros, de acordo com o que é exigido pela legislação. No Item 5, a base cadastral de segurados para o FUNPREVI, que é com esta que se tem o resultado atuarial, que está no item 8. No item 6, a execução orçamentária, o que foi projetado e executado em 2024. No Item 7, o patrimônio investido, apresentado pelo Diretor de Investimentos, a política de investimentos aprovada pelos senhores Conselheiros e o desempenho da carteira também no ano de 2024. No item 8, a situação atuarial, já apresentada aos senhores em sessão anterior. No item 9, o plano de custeio, as alíquotas que estão previstas na lei, alíquota patronal, servidor ativo, inativo e a alíquota suplementar. No item 10, todo o panorama das atividades dos órgãos colegiados, CAD, COF e COMIN. No item 11, a gestão de pessoal: o PREVI-RIO em termos de cargos efetivos, terceirizados, estagiários, cedidos e estranhos aos quadros. No item 12, o atendimento às demandas do controle externo, Tribunal de Contas, e no item 13, as demandas do Controle Interno, a CGM. No item 14, monitoramento e cumprimento das decisões jurídicas que é acompanhado pela Diretoria Jurídica. No item 15, a imagem institucional, nossos canais, instagram, site. No item 16, os canais de atendimento que os senhores também têm sido municiados com a vinda do nosso Ouvidor, o Marconi, com panoramas de forma regular, sobre as demandas que entram na Ouvidoria, estatísticas e demais informações. E no Anexo, as demonstrações contábeis de encerramento do exercício. Então, de forma geral, as principais atividades do nosso RPPS estão demonstradas nesse único documento. Saliendo no site tem informações detalhadas de cada assunto de forma segregada, como o atuarial e investimentos. No Capítulo 7, pelo convidado Fábio Lopes, Diretor de Investimentos do PREVI-RIO, foi apresentado o desempenho da carteira, explicada a política de investimentos e a meta de rentabilidade. A meta em 2024, aprovada em 2023, pelo então Conselho de Administração, foi de 6% mais IPCA-E. Explicou sobre os dois tipos ativos: os imobiliários e os investimentos que chamamos de valores mobiliários.

Em relação aos imóveis, a nossa rentabilidade ultrapassa 9% mais IPCA-E. Em relação aos valores mobiliários, alcançamos 97,27% da meta. A meta ficou em torno de 11%, alcançamos 10,8% devido ao cenário econômico previsto no final de 2023 não ter se realizado em 2024 devido a variação inflacionária significativa no Brasil. Ao considerar o patrimônio total houve alcance da meta. Pela conselheira Elizabeth foi perguntado, se a meta da parte imobiliária é a mesma da mobiliária? Pelo convidado Fabio Lopes foi dito, a meta é uma só, na política de investimentos, é 6% mais IPCA-E. Pela conselheira Melissa foi apresentado o capítulo 8, parte atuarial. Comparando-se o item 8.1, Ativo, e o item 8.2 as Provisões, encontra-se o déficit atuarial de aproximadamente 30 bilhões de reais. Interessante observar a evolução, entre em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2024, verifica-se que o déficit, apesar de expressivo, está sob controle, até reduziu, em números reais. No item 9, o plano de custeio e sua distribuição por tipo de benefício. No item 10, as atividades dos órgãos colegiados. O número de cada sessão e a pauta tratada. Passando para a gestão de pessoal, apresentamos como se distribui o número de vagas permanentes entre nível superior, segundo grau e primeiro grau, nosso total de vagas permanentes 252. Atualmente operamos com 140 vagas, temos um déficit de quase 56% no quadro permanente, além de 24 servidores que já estão elegíveis à aposentadoria. Para amenizar essa situação, contamos com 106 colaboradores, entre alocados, cedidos, estranhos aos quadros, agentes experientes, estagiários e terceirizados. Temos um processo tramitando no qual solicitamos a recomposição mínima do número de servidores do quadro do PREVI-RIO. No item 12, atendimento ao Tribunal de Contas, quantidade de diligências no ano. Atendimento às demandas da CGM, sob as quais não foram encontrados "achados de Auditoria". No item 14, as atividades da Diretoria Jurídica, foram 1170 demandas judiciais, envolvendo o FUNPREVI ao longo de 2024. Seguindo a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 25, colocamos no balanço patrimonial do FUNPREVI de encerramento do exercício de 2024, informação passada pela Procuradoria Geral do Município em relação às demandas judiciais. Apresentou como está o site do PREVI-RIO, como se divide a Central de Atendimento presencial, o próprio 1746 que o Marconi apresentou algumas sessões atrás. Em sequência, foi dada a palavra aos conselheiros para dúvidas. Pelo conselheiro Carlos Evandro Viegas e pela conselheira Elizabeth foi parabenizada pelo Relatório. Pela conselheira Thais foi perguntado, sobre a hipótese que foi citada no relatório de capitalizar o Instituto com reposição de pessoal. Como isso fica em relação à política dessa gestão? Pela conselheira Melissa foi dito, que foram feitos estudos, comparando as hipóteses que utilizadas como o que aconteceu de fato, para verificar a aderência da hipótese. Então, o que estamos usando está aderente de forma conservadora, considerando o longo prazo, que não se restringe a um cenário de 4 anos. Podem ter certeza que a equipe atuarial vai seguir as normas e vai fazer esse acompanhamento. Mas como falei para os senhores, isso é uma projeção, são mais de 70 anos. Acreditamos na continuidade do serviço público, as projeções não podem limitar-se a uma decisão da gestão atual, devem ser observados cenários de mais longo prazo. Passando ao item 3 da pauta - Autorização de alienação do imóvel localizado na Av. Pastor Martin Lutherking Junior s/nº do PAL 47.910 - Complementação da 26ª Reunião Extraordinária do CAD - Pelo convidado Fábio Lopes - Diretor de Investimentos foi dito, na verdade, não seria uma autorização, é uma proposta de rerratificação de uma autorização que já foi concedida pelo CAD em 2020. Foram transferidos pelo Patrimônio do Município, alguns imóveis para o Fundo de Previdência. Dentre eles, um imóvel da Avenida Pastor Martin LutherKing Junior Lotes do PAL 47.910, acontece que veio transferido com a área correta, mas com a descrição errada, o CAD aprovou. São 3 lotes, sendo que 2 lotes no PAL 47.411 e 1 lote no PAL 47.910. Hoje, avaliado em R\$8.286.000,00 e hoje rende ao Fundo de Previdência por meio de uma permissão, cerca de R\$ 4.761,78 mensal. Basicamente está ocupado para que não haja algum tipo de invasão, pois teria o custo de guarda do local e também o custo da própria manutenção que não é barata. A alternativa seria realmente alienar esse imóvel ao mercado e obter os recursos da venda para o custeio dos nossos benefícios previdenciários. Enfim, a ideia é apresentar aos senhores uma rerratificação, para que conste na Ata do CAD a descrição e caracterização correta do imóvel que já foi autorizado anteriormente. Foi dada a palavra aos conselheiros para dúvidas. Pelo conselheiro André Tostes, foi perguntado, tenho uma questão sobre necessidade de autorização legislativa, teríamos que ter autorização legislativa para alienação? Pelo convidado Fábio Lopes, foi dito que confere, mas já obtivemos a autorização legislativa desse imóvel ano passado. Pelo conselheiro André Tostes foi perguntado se será levado a Leilão. Pelo convidado Fábio Lopes foi dito que sim. Pelo conselheiro Gillian foi dito, no licita imóveis está como 2 PALs e se existe uma possibilidade de poder tratar desse imóvel na próxima reunião. Pelo convidado Fábio Lopes foi dito, há lei autorizativa dessa alienação. São 2 PALs, 3 terrenos, está corretamente caracterizado lá no site, assim como está corretamente caracterizado na legislação. Há apenas uma descrição equivocada do imóvel, eram três imóveis, ou seja, três lotes num PAL só. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi dito, ainda que se trate de uma correção, o fato é que aqui é outro conselho. Não estou naturalmente contra esta venda, mas, a princípio, como qualquer procedimento, nós temos em mãos um bem patrimonial que gera uma renda ou a possibilidade de se desfazer dele, gostaria de ver mais dados sobre essa

operação, até porque está ocorrendo no momento em que estamos dependendo de uma resposta, ainda que nos foi prometida pela Presidente, sobre um Parecer do Tribunal de Contas, sobre um assunto bem semelhante a esse e o prazo para apresentar, era exatamente esta reunião, mas não recebemos ainda. E acho que esses dois assuntos se complementam, da minha parte eu poder dar o meu voto com mais segurança. Pela conselheira Melissa foi dito, que estão havendo uma confusão, o que havia sido solicitado era a manifestação do Tribunal de Contas em relação à contribuição suplementar, de não ficar os cinco anos investido para utilizar para pagamento de aposentados e pensionistas. Todas essas manifestações estão nos Pareceres do Tribunal, cujo caminho para consulta já foi enviado aos senhores anteriormente. Só para diferenciar a contribuição suplementar em relação aos imóveis. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi dito, mas o fato é que não recebemos o Parecer, que seria até hoje. Pela conselheira Melissa foi dito, foi feito o pedido, mas não nos comprometemos a enviar até hoje. Passamos o caminho para a consulta. Os senhores Conselheiros podem mandar um e-mail para o Tribunal, abrir uma ouvidoria no Tribunal e solicitar. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi dito, que concorda, quando for assim, não precisa se comprometer a enviar. Pela conselheira Melissa foi dito que não se comprometeu em enviar. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi dito que está em ata. Pela conselheira Melissa foi dito que não se recorda disso, apenas que disponibilizariam o local para consulta. Caso tenhamos dito que enviaríamos, peço desculpa. Pelo convidado Fábio Lopes foi dito, em relação à questão do imóvel, em 2020, esse imóvel foi transferido para o Fundo de Previdência para a alienação, e já foi autorizado pelo CAD. Pelas suas próprias características, tem baixa rentabilidade, não gera recursos suficientes para justificar que não seja alienado. Temos que levar em consideração os custos de conservação. É um imóvel que hoje apresenta um problema em relação ao condomínio do lado de uma obra que tem que ser feita, vai gerar fluxo também para o Fundo. Precisamos ter essa autorização para tentar viabilizar economicamente esse imóvel. Hoje há uma permissão de uso para uma empresa que usa como estacionamento, o que gera desvalorização, então essa é uma das nossas preocupações. O interesse para o FUNDO é realmente alienar esse imóvel. Não tem retorno econômico em outro aspecto no momento. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi dito, a minha colocação em relação à venda de imóveis, esse assunto, a princípio, no mínimo, um mês para ouvir os processos, olhar as avaliações, e com a confiança transmitida decidir favoravelmente à venda. Pela conselheira Melissa foi aberto para votação da autorização ou não, do terreno nessa sessão. Pelo conselheiro Fernando Dionísio foi dito, que não é para autorizar a venda, mas autorizar uma rerratificação dos dados que constam nessa autorização anterior. Então, já está autorizado desde 2020, não vejo razão para deixar de autorizar agora, estou de acordo com a venda. Pela conselheira Thais foi dito, não me sinto preparada para decidir sobre a alienação deste imóvel nesta sessão, acredito que precisa ter um pouco mais de informações e um pouco mais de tempo. Pela conselheira Melissa foi dito, que colhidos os votos foi aprovado por maioria à autorização de alienação e rerratificação do imóvel na Avenida Pastor Martin Lutherking Junior. Aos três conselheiros que votaram contra, Thais, Luiz Cláudio e Gillian, que corroborou com a opinião do conselheiro Luiz Cláudio, podemos disponibilizar maiores informações e mandar por e mail, e, se assim decidirem, podemos trazer numa próxima reunião. Pelo convidado Fábio Lopes foi dito, no site temos os relatórios de imóveis, tem as licitações, e estamos à disposição para qualquer outra informação. Passando ao item 4 - Assuntos Gerais - Pela conselheira Thais foi perguntado, se já temos alguma previsão do prazo de migração do plano de saúde. Pela conselheira Melissa foi dito, que ainda não temos a data certa, mas é final de julho/início de agosto. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi dito, no site da Secretaria de Administração, agora está no PREVI-RIO conseguimos saber quando vamos aposentar. Solicito quando fosse possível implementar também o valor com o qual o servidor vai se aposentar, principalmente, para o servidor que entrou depois de 2003, que vai se aposentar pela média. Pela conselheira Melissa foi dito, que o assunto já foi discutido e algumas dificuldades operacionais relacionadas ao ERGON, mas pretendemos avançar. Pelo conselheiro Gillian foi dito, eu sugiro um estudo de impacto, sobre a questão da força de Segurança Municipal, que é uma situação que trouxeram a mim, com relação a algumas dúvidas de alguns colegas que estão fazendo esse novo certame um concurso público interno na Guarda Municipal. Eu encaminhei por e mail. Gostaria de solicitar que, essas reuniões do Conselho fossem presenciais e que fosse opcional do conselheiro ser online, participar online ou não, e que tivesse o mesmo período de tempo de 72 horas, ou então até 12h do dia anterior da reunião, dizendo se vai participar presencialmente ou se vai participar virtualmente. Pela conselheira Melissa foi dito, já passamos para a votação do Conselho, podemos até passar de novo, ver se muda de virtual para presencial. A maioria prefere virtual pelo conforto do seu local de trabalho. Pela conselheira Thais foi perguntado se não poderia ser híbrido. Pela conselheira Melissa foi dito, podemos tentar fazer um híbrido, mas seria opcional para quem quiser vir presencialmente. Podemos avaliar, temos uma única sala, não é grande. É uma sala que

fazemos procedimentos de licitação.

Nada mais sendo acrescido, a sessão foi encerrada às 16:29h.

RELAÇÃO DOS CONSELHEIROS PRESENTES: Fernando dos S. Dionísio - Suplente do Prefeito; Melissa Garrido Cabral Presidente do PREVI-RIO; Dr. André Tostes - Suplente do Procurador Geral do Município; Carlos Evandro Viegas - Suplente da Secretária Municipal de Fazenda; Elizabeth da Costa Mendes Oliveira de Menezes - Subsecretária de Gente e Gestão Compartilhada da Secretaria de Fazenda; Thais Ingrid Leão Costa Ferreira Valença - 1º Eleita; Luiz Cláudio dos Santos Ferreira 2º Eleito; Gillian Almeida da Costa Relvas dos Santos - 3º Eleito